




A ESTRUTURA DO EMPREGO INDUSTRIAL NO NORDESTE NOS ANOS NOVENTA

THE STRUCTURE OF INDUSTRIAL EMPLOYMENT IN THE NORTHEAST IN THE NINETIES

LA ESTRUCTURA DEL EMPLEO INDUSTRIAL EN EL NORESTE EN LOS AÑOS NOVENTA

 <https://doi.org/10.56238/levv16n51-069>

Data de submissão: 28/07/2025

Data de publicação: 28/08/2025

Elmer Nascimento Matos

Doutor em Desenvolvimento Econômico

Instituição: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

E-mail: elmernmatos@gmail.com

Orcid: 0009-0007-7518-6013

Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

Doutor em Ciência Econômica

Instituição: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

E-mail: rlacerda.economia.ufs@gmail.com

Lattes: 8456946605522732

RESUMO

Este estudo teve como objetivo estudar a evolução do emprego industrial do Nordeste por setor e porte da empresa, a especialização relativa do emprego industrial na região e a remuneração média a partir do ano de 1990, quando foi dado início ao programa brasileiro de liberalização comercial. Fazemos uso do método da Análise das Parcelas Constantes de Mercado que decompõe o aumento das participações regionais no emprego nacional atribuindo-o ao seu perfil setorial e à competitividade de cada região nos setores. A pesquisa foi de natureza qualitativa-quantitativa, com abordagem bibliográfica, através da utilização de livros, artigos acadêmicos, e estatística descritiva, com a utilização de dados da RAIS/MTE. A partir de dados da RAIS para os anos de 1990, 1994, 1998 e 2000, foi observada um processo de desconcentração industrial. Isso, pelo menos, quando se observa o comportamento do emprego industrial do Nordeste. Enquanto no Brasil ele sofreu uma redução, naquela região ele aumentou, tanto em termos absolutos como em relação ao total do Brasil, fruto da participação ativa de seus estados na chamada guerra fiscal e pelo alto poder atrativo dado pelos baixos salários. No caso do Nordeste, foi maior o número de setores em que o emprego industrial cresceu.

Palavras-chave: Emprego. Rendimentos. Especialização Produtiva. Nordeste.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the evolution of industrial employment in the Northeast by sector and company size, the relative specialization of industrial employment in the region, and average compensation since 1990, when the Brazilian trade liberalization program began. We used the Constant Market Share Analysis method, which decomposes the increase in regional shares of national employment, attributing it to their sectoral profile and the competitiveness of each region within the

sectors. The research was qualitative and quantitative in nature, with a bibliographic approach using books and academic articles, and descriptive statistics, using data from the RAIS/MTE. Based on RAIS data for 1990, 1994, 1998, and 2000, a process of industrial deconcentration was observed. This is at least the case when observing the behavior of industrial employment in the Northeast. While in Brazil it declined, in that region it increased, both in absolute terms and in relation to the Brazilian total, due to the active participation of its states in the so-called fiscal war and the strong attractiveness of low wages. In the Northeast, the number of sectors in which industrial employment grew was greater.

Keywords: Employment. Income. Productive Specialization. Northeast.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar la evolución del empleo industrial en el Nordeste por sector y tamaño de empresa, la especialización relativa del empleo industrial en la región y la remuneración promedio desde 1990, cuando comenzó el programa de liberalización comercial brasileño. Se utilizó el método de Análisis de Cuota de Mercado Constante, que descompone el aumento de la participación regional en el empleo nacional, atribuyéndolo a su perfil sectorial y a la competitividad de cada región dentro de los sectores. La investigación fue de naturaleza cualitativa y cuantitativa, con un enfoque bibliográfico basado en libros y artículos académicos, y estadística descriptiva, utilizando datos del RAIS/MTE. Con base en los datos del RAIS para 1990, 1994, 1998 y 2000, se observó un proceso de desconcentración industrial. Esto se observa al menos al observar el comportamiento del empleo industrial en el Nordeste. Mientras que en Brasil disminuyó, en esa región aumentó, tanto en términos absolutos como en relación con el total brasileño, debido a la activa participación de sus estados en la llamada guerra fiscal y al fuerte atractivo de los bajos salarios. En el Nordeste, el número de sectores donde el empleo industrial creció fue mayor.

Palabras clave: Empleo. Ingresos. Especialización Productiva. Nordeste.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo, analisaremos a evolução do emprego industrial do Nordeste por setor e porte da empresa, a especialização relativa do emprego industrial na região e a remuneração média a partir do ano de 1990, quando foi dado início ao programa brasileiro de liberalização comercial. Fazemos uso do método da Análise das Parcelas Constantes de Mercado que decompõe o aumento das participações regionais no emprego nacional atribuindo-o ao seu perfil setorial e à competitividade de cada região nos setores.

O artigo é composto por 08 itens, inclusive a introdução. O item II é dedicado à análise do processo de liberalização comercial, reestruturação produtiva e desconcentração regional da indústria no Brasil. No item III, são apresentadas algumas considerações sobre o mercado de trabalho na indústria e as mudanças estruturais na economia brasileira durante a década de noventa. No item IV e V é registrado, respectivamente, o comportamento do emprego no setor secundário e a sua distribuição segundo o porte da empresa. A especialização do Nordeste no emprego industrial nos anos noventa é apresentada no item VI, enquanto no VII item analisaremos a remuneração média na indústria do Nordeste nos anos noventa. No último item, registramos as principais conclusões.

2 LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DA INDÚSTRIA NO BRASIL

A liberalização comercial brasileira, da forma abrupta como foi feita e com redução acentuada das barreiras tarifárias e não-tarifárias, repercutiu fortemente na rentabilidade das empresas brasileiras, obrigando-as a se ajustarem rapidamente ao novo quadro de menor proteção, e conduziu o setor industrial brasileiro a um processo de reestruturação.

Em trabalho de 1995, Bielschowsky e Stumpo resumiam os ajustes induzidos pela abertura comercial sobre a indústria de transformação dos quatro países mais industrializados da América Latina. Para aqueles autores, no caso brasileiro, a reestruturação industrial no início dos anos 90 foi caracterizada por um processo de racionalização do setor produtivo, com a desverticalização da produção, downsizing, intensificação da automação e adoção de novas técnicas de gestão, como forma de as firmas se defenderem do aumento da competição externa.

Aqui, como nos outros países estudados (Argentina, Chile e México), o resultado da reestruturação em meio ao programa de liberalização econômica foi “um relativo debilitamento dos complexos industriais metal-mecânicos, eletroeletrônicos e têxteis, e um fortalecimento dos setores baseados em recursos naturais; baixas inversões físicas e forte racionalização produtiva, e elevado incremento dos coeficientes de exportação e importação.” (Bielschowsky e Stumpo, 1995:4)

Verificou-se uma fragilização de importantes complexos industriais, com desmembramento das principais cadeias produtivas, com o aumento da utilização de insumos e componentes importados nas

já citadas cadeias produtivas têxteis, metal- mecânica e eletrônica, principalmente através da atuação de empresas transnacionais, elevando o comércio intra-industrial e intra-firma.

O ajuste fez com que se visse reduzido o nível de articulação interna da indústria brasileira, com o debilitamento de algumas cadeias produtivas e com a queda da participação dos setores de bens de capital (equipamentos e componentes) na estrutura industrial e o crescimento dos setores de bens de consumo. Certos segmentos de bens não duráveis, como têxteis e calçados, foram fortemente castigados pela competição com os importados, dada à redução do nível de proteção e a valorização cambial, essa última a partir de 1994.

Os impactos regionais da abertura comercial e da reestruturação industrial foram amplamente debatidos, nos anos 90. Aponta-se a presença de novos determinantes do desenvolvimento regional brasileiro, vinculados à maior inserção no mercado mundial. Algumas localidades, contrastando com o conjunto da economia nacional, estariam passando por processos intensos de modernização, a partir de inserções dinâmicas no mercado externo.

Para Pacheco (1996), a combinação perversa da crise econômica nacional com a abertura para o mercado mundial teria levado à ruptura, na economia brasileira, de uma dinâmica cíclica comandada endogenamente a partir do final dos anos 80, indicando a natureza fragmentada e espacialmente heterogênea do desenvolvimento econômico brasileiro do período.

Guimarães (1996), após examinar os indicadores de produção do País e das regiões, ao longo dos ciclos econômicos, desde a década de 50 até o início dos anos 90, pondera, todavia, que, mesmo no período mais recente, a dinâmica das regiões periféricas brasileiras segue, em seus traços gerais, o movimento da economia do País e de seu centro representado pelo eixo São Paulo- Rio de Janeiro. Ainda que cada uma delas guarde especificidades, podendo apresentar taxas de crescimento mais elevadas em determinado período, essa performance está, em grande parte, associada à maior intensificação de seus vínculos com a economia nacional.

Para alguns autores, a quebra da “solidariedade” regional a partir da nova dinâmica da economia brasileira poderia implicar a intensificação de sua heterogeneidade, na medida em que a orientação dos novos investimentos, pouco articulados internamente, provocaria um crescimento assimétrico entre as regiões e no interior delas. Pacheco (1996) e Araújo (1997b).

Alguns estudos (Pacheco 1996, Diniz & Santos 1995 e Azzoni e Ferreira, 1997) indicaram uma tendência de reconcentração espacial das indústrias nas áreas mais desenvolvidas, associando-a aos novos requisitos locais trazidos pela revolução da microeletrônica, (e suas implicações em termos da reorganização da grande empresa) e à crescente importância das condições ambientais (externalidades). Isso tenderia a provocar uma reconcentração dos investimentos mais dinâmicos nas áreas mais industrializadas que contam com vantagens no que tange à proximidade de fornecedores

especializados, pool de força de trabalho, mercado de bens intermediários e melhor infra-estrutura física.

Para Diniz e Santos (1995: 213)

“o processo de reestruturação industrial no contexto internacional e a abertura comercial pressionam a indústria brasileira a realizar mudanças tecnológicas e organizacionais que permitam ganhos de produtividade capazes de prepará-las para enfrentar a competição internacional. Nesse sentido, as mudanças tecnológicas em curso induzem à expansão os setores que estão fortemente sustentados na ciência e na tecnologia, reduzindo a demanda por recursos naturais. A localização dessas atividades, como demonstra a experiência mundial, é fortemente influenciada pela existência de centros de pesquisa e ensino, mercado de trabalho profissional, relações interindustriais articuladas geograficamente e facilidade de acesso. Por outro lado, essas atividades tendem a reforçar os processos aglomerativos, recriando os distritos industriais, embora não necessariamente nas velhas e tradicionais áreas industriais. No caso do Brasil, acredita-se que a reestruturação produtiva teria um efeito reconcentrador das atividades industriais porque as novas indústrias tenderiam a se localizar na área mais desenvolvida do País, especialmente no grande eixo que vai da região central de Minas Gerais até o nordeste do Rio Grande do Sul, embora se mantendo a desconcentração relativa da área metropolitana de São Paulo”

O movimento de reconcentração apontado não parece ter se confirmado. A evolução do emprego formal aponta uma queda de participação das áreas mais industrializadas, por conta do impacto da abertura comercial e da valorização do câmbio pós- 94 sobre setor secundário. Os movimentos de realocização de setores intensivos em trabalho como calçados e confecções em direção ao Nordeste, Norte e Centro-Oeste também não corroboram a tendência prevista por Diniz e Santos.

Para Sabóia (1999), apoiado nos dados da RAIS, o crescimento do emprego industrial no Brasil nos anos 90 foi bastante diferenciado entre setores e regiões, com a redução de dos postos de trabalhos nas regiões mais desenvolvidas e aumentos em outras partes do país, notadamente a Centro-Oeste e os estados do Paraná e Ceará.

Em trabalho anterior, (Melo, 2000) indicamos o que julgamos serem os principais movimentos espaciais da indústria brasileira nos anos 90:

As regiões Sul e Centro-Oeste foram relativamente beneficiadas no processo de abertura comercial, obtendo aumentos de participação nos indicadores disponíveis sobre produto industrial, exportações, investimentos, emprego total e emprego industrial.

Em termos relativos, a região Sul foi duplamente favorecida pela elevação do grau de abertura comercial. De um lado, por ser especializada em produtos alimentícios, básicos ou industrializados, que têm sido os setores em que o País tem reforçado sua especialização no comércio internacional. De outro, a região Sul recebeu um volume considerável de investimentos em setores de elevadas elasticidades renda da demanda e de maior conteúdo tecnológico, como nos segmentos automobilístico, material elétrico e de máquinas e tratores, além de químico, petroquímico e siderúrgico. Essa região, notadamente os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, passou a responder por uma maior parcela de setores pesados da indústria brasileira.

A situação do Centro-Oeste, apesar dos baixos indicadores sociais e de renda per capita, como o Norte e o Nordeste, diferencia-se delas por estar constituindo-se em fronteira de expansão agropecuária e mineral, com desdobramento na cadeia industrial processadora desses recursos. A expansão das indústrias alimentícia, de calçados e de têxteis, além de processamento de minérios, são exemplos da diversificação industrial da região.

Na região Nordeste, despontam alguns pólos ou manchas de desenvolvimento que se diferenciaram da região como um todo, que perdeu dinamicidade. A região, após ter conhecido um período de crescimento da participação no produto industrial entre 1970 e meados dos anos 80, tem apresentado dificuldades em se colocar como opção para os investimentos nos setores mais dinâmicos. Vem atraindo, entretanto, empreendimentos nos setores de bens intermediários, como papel e celulose, minerais não-metálicos e petroquímicos, e, na segunda metade dos anos 90, tem sido beneficiada pelos processos de realocização da indústria de não duráveis, obrigadas a se reestruturar em razão da combinação da abertura comercial e valorização cambial. Pólos irrigados de fruticultura para exportação também têm-se expandido na região.

3 O MERCADO DE TRABALHO NA INDÚSTRIA E AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA ECONOMIA BRASILEIRA

O mercado de trabalho na indústria brasileira passou por um forte processo de transformação, durante a década de noventa, em resposta à inflexão na política comercial externa brasileira e desregulamentação econômica. As até então existentes barreiras aos produtos estrangeiros - tarifas de importação, desvalorização cambial etc. -

foram reduzidas, no rastro da política de estabilização adotada com o Plano Real, expondo a indústria nacional aos competidores internacionais, melhor estabelecidos.

As firmas, por sua vez, realizaram um processo de reorganização, objetivando alcançar uma melhor eficiência produtiva e econômica. Novas técnicas organizacionais

- just in time, qualidade total, planejamento estratégico, etc. - passaram a fazer parte do dia-a-dia das firmas, e a modernização produtiva, com investimentos para atualização tecnológica, permitiram ganhos de produtividade e redução de custos.

Estas mudanças criaram repercussões sobre a estrutura do emprego industrial. O choque de concorrência a que foi exposta a indústria brasileira, com a abertura comercial, causou o fechamento de inúmeras empresas nas diversas cadeias produtivas e, de leva, inúmeros postos de trabalho. Já a reestruturação produtiva causou a substituição de fatores, com a produção tornando-se menos intensiva em trabalho. É bom frisar que esse processo causou uma diminuição no adensamento de algumas cadeias produtivas, desde que não apenas máquinas e equipamentos foram importados, mas, também, insumos e componentes, reduzindo as possibilidades de geração de empregos no país.

Ao mesmo tempo, as firmas, que já vinham se reestruturando internamente desde o início dos anos noventa, passaram a implementar formas de adaptação a esse novo cenário. Uma das principais preocupações era a redução de custos, efetivada com o enxugamento do quadro de trabalhadores - downsizing -e/ou a terceirização de determinados serviços, inclusive da produção. A terceirização da produção, através, por exemplo, do sistema de facção ou de cooperativa de trabalhadores, significava na prática uma precarização nas relações trabalhistas e na rede de proteção social ao trabalhador.

Fenômeno também recente, presente no mercado de trabalho no Brasil, foi a realocação de empregos entre as regiões, impulsionada, principalmente, pela realocação industrial de determinados tipos de plantas produtivas e, em menor escala, pelos incentivos fiscais criados pelos estados para atração de novos investimentos. Esse fenômeno ocorria porque as empresas buscavam reduzir custos, principalmente através do pagamento de menores salários do que em sua região de origem, para poder sobreviverem numa estrutura industrial mais competitiva.

Na busca pela racionalização produtiva e competitiva, as empresas brasileiras, durante a década de noventa, conviveram com inovações organizacionais, terceirização, deslocamento das plantas industriais, o uso de trabalho informal e a flexibilização das relações de trabalho. Em termos de mercado de trabalho ocasionaram redução do emprego e de salários (Dedecca, 2002).

4 O COMPORTAMENTO DO EMPREGO NO SETOR SECUNDÁRIO

O emprego do setor secundário brasileiro, como um todo, incluindo as indústrias extrativas, de transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil, caiu 6 % entre 1990 e 2000, depois de ter se reduzido em 11% na comparação entre 1990 e 1998. A redução do emprego na indústria da transformação foi mais acentuada, atingindo 9% e 17%, nos dois períodos considerados. Comparativamente a 1998, o emprego industrial brasileiro voltou a crescer em 2000, não alcançando, todavia, o patamar de 1994, ano de lançamento do Plano Real.

O comportamento do emprego industrial do Nordeste foi significativamente diferente. Na comparação entre 2000 e 1990, o emprego do setor secundário manteve-se constante, e inversamente ao que ocorreu no país como o todo, o emprego absoluto tanto no agregado setor secundário, quanto na indústria de transformação é maior em 1998 do que em 1994.

Em termos setoriais, para o país como um todo, além da construção civil, apenas as indústrias químicas de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria, a indústria de calçados, a de madeira e mobiliário e de produtos alimentícios aumentaram o emprego nos anos 90, segundo a Tabela 1.

No caso do Nordeste, é maior o número de setores em que o emprego industrial cresceu, incluindo as indústrias de calçados, materiais de transporte, minerais não metálicos, têxtil, vestuário e artefatos de tecidos e madeira e mobiliário, na indústria de transformação, além da construção civil e extrativa mineral.

Tabela 1 – Brasil, Emprego na indústria: 1990-2000

ITEM	SETOR/GÊNERO	BRASIL				NORDESTE			
		1990	1994	1998	2000	1990	1994	1998	2000
Extrativa mineral		128.580	129.382	103.169	109.608	16.833	26.008	16.548	20.070
Indústria de transformação		5.379.089	4.969.050	4.456.094	4.885.361	584.031	493.122	517.347	585.147
	Indústria de produtos minerais não metálicos	305.502	236.735	260.669	273.819	35.840	28.479	40.537	43.160
	Indústria metalúrgica	562.335	549.441	459.399	481.943	28.120	22.545	24.604	25.859
	Indústria mecânica	364.314	312.009	250.181	278.480	11.021	5.640	6.617	7.761
	Indústria do material elétrico e de comunicações	325.010	220.680	172.957	191.978	11.089	7.733	7.867	8.066
	Indústria do material de transporte	373.073	328.016	276.911	296.823	3.814	5.959	4.748	5.148
	Indústria da madeira e do mobiliário	335.121	336.945	344.997	396.501	21.578	17.267	20.532	22.982
	Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	314.291	294.679	297.683	308.628	26.834	20.168	25.097	24.511
	Ind. Da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	364.633	247.311	209.465	220.779	25.649	14.293	13.929	15.643
	Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	507.614	492.777	457.438	509.646	53.851	39.320	38.192	46.646
	Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	821.225	751.962	603.817	702.094	108.666	102.345	100.572	120.159
	Indústria de calçados	224.113	235.456	183.758	240.392	7.243	13.074	32.752	48.292
	Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	881.858	963.039	938.819	984.284	250.326	216.299	201.900	216.920
Serviços industriais de utilidade pública		320.451	390.075	310.552	290.352	63.758	74.152	57.184	58.725
Construção civil		930.272	1.065.791	1.131.893	1.094.528	176.359	148.879	206.839	208.622
Total Global		6.758.392	6.554.298	6.001.708	6.379.849	840.981	742.161	797.918	872.564

Fonte: MTE/RAIS.

A estrutura do emprego industrial do Nordeste é marcadamente diferente da equivalente para o Brasil, a começar pelo peso menos expressivo da indústria de transformação do Nordeste no emprego secundário, representando 10 pontos percentuais a menos do que no emprego industrial brasileiro.

Na indústria de transformação, os segmentos intensivos em recursos naturais como indústria de alimentos, bebidas e álcool etílico e os segmentos tradicionais como têxtil, vestuário e artefatos de tecidos e indústria de calçados têm um peso mais significativo no emprego do Nordeste do que no emprego do Brasil, como um todo. Inversamente, na composição do emprego industrial brasileiro, os segmentos do complexo metal-mecânico e de material elétrico e de comunicação são muito mais representativo que no Nordeste.

Em relação ao ano de 1990, a estrutura do emprego industrial de 2000 indica algumas mudanças significativas, conforme a Tabela 2. A indústria de transformação brasileira, por conta da maior exposição à competição com importados, perdeu 3 pontos percentuais na composição do emprego do setor secundário, enquanto a construção civil ganhou 3,4 pontos percentuais.

Tabela 2 – Brasil, Índice da evolução do emprego na indústria: 1990-2000

SETOR/GÊNERO	BRASIL				NORDESTE			
	1990	1994	1998	2000	1990	1994	1998	2000
Extrativa mineral	100	101	80	85	100	155	98	119
Indústria de transformação	100	92	83	91	100	84	89	100
Indústria de produtos minerais não metálicos	100	77	85	90	100	79	113	120
Indústria metalúrgica	100	98	82	86	100	80	87	92
Indústria mecânica	100	86	69	76	100	51	60	70
Indústria do material elétrico e de comunicações	100	68	53	59	100	70	71	73
Indústria do material de transporte	100	88	74	80	100	156	124	135
Indústria da madeira e do mobiliário	100	101	103	118	100	80	95	107
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	100	94	95	98	100	75	94	91
Ind. Da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	100	68	57	61	100	56	54	61
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria.	100	97	90	100	100	73	71	87
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	100	92	74	85	100	94	93	111
Indústria de calçados	100	105	82	107	100	181	452	667
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	100	109	106	112	100	86	81	87
Serviços industriais de utilidade pública	100	122	97	91	100	116	90	92
Construção civil	100	115	122	118	100	84	117	118
Total Global	100	97	89	94	100	88	95	104

Fonte: MTE/RAIS.

Na indústria da transformação, os setores que aumentaram o peso no emprego foram basicamente os segmentos intensivos em recursos naturais, como produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, madeira e mobiliário, indústria de papel, papelão e gráfica, além do setor de calçados que acentuou a sua inserção externa e os segmentos do complexo químico. Nos anos 90, a indústria de transformação do Nordeste também cedeu espaço na estrutura do emprego do setor secundário, embora em menor monta do que no caso brasileiro. A perda de participação mais significativa verificou-se no segmento de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, com redução de 4,9 pontos percentuais. Os segmentos que mais avançaram no emprego industrial nordestino, no decorrer da década, foram os de calçados, com aumento de 4,7 pontos percentuais, e têxtil, confecção e artefatos de tecidos, com um pouco menos de 1 ponto percentual.

Tabela 3 – Brasil, Variação do emprego industrial:1990-2000

SETOR/ GÊNERO	Brasil						Nordeste					
	1990	1994	1998	2000	2000-1990	Variação	1990	1994	1998	2000	2000-1990	Variação
Extrativa mineral	1,90	1,97	1,72	1,72	(0,18)	-	2,00	3,50	2,07	2,30	0,30	+
Indústria de transformação	79,59	75,81	74,25	76,57	(3,02)	-	69,45	66,44	64,84	67,06	(2,39)	-
Indústria de produtos minerais não metálicos	4,52	3,61	4,34	4,29	(0,23)	-	4,26	3,84	5,08	4,95	0,68	+
Indústria metalúrgica	8,32	8,38	7,65	7,55	(0,77)	-	3,34	3,04	3,08	2,96	(0,38)	-
Indústria mecânica	5,39	4,76	4,17	4,36	(1,03)	-	1,31	0,76	0,83	0,89	(0,42)	-
Indústria do material elétrico e de comunicações	4,81	3,37	2,88	3,01	(1,80)	-	1,32	1,04	0,99	0,92	(0,39)	-
Indústria do material de transporte	5,52	5,00	4,61	4,65	(0,87)	-	0,45	0,80	0,60	0,59	0,14	+
Indústria da madeira e do mobiliário	4,96	5,14	5,75	6,21	1,26	+	2,57	2,33	2,57	2,63	0,07	+
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	4,65	4,50	4,96	4,84	0,19	+	3,19	2,72	3,15	2,81	(0,38)	-
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	5,40	3,77	3,49	3,46	(1,93)	-	3,05	1,93	1,75	1,79	(1,26)	-
Ind. Química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	7,51	7,52	7,62	7,99	0,48	+	6,40	5,30	4,79	5,35	(1,06)	-
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	12,15	11,47	10,06	11,00	(1,15)	-	12,92	13,79	12,60	13,77	0,85	+
Indústria de calçados	3,32	3,59	3,06	3,77	0,45	+	0,86	1,76	4,10	5,53	4,67	+
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	13,05	14,69	15,64	15,43	2,38	+	29,77	29,14	25,30	24,86	(4,91)	-
Serviços industriais de utilidade pública	4,74	5,95	5,17	4,55	(0,19)	-	7,58	9,99	7,17	6,73	(0,85)	-
Construção civil	13,76	16,26	18,86	17,16	3,39	+	20,97	20,06	25,92	23,91	2,94	+
Total Global	100,00	100,00	100,00	100,00	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00	-	-

Fonte: MTE/ RAIS

5 PORTE DA EMPRESA E EMPREGO

Analisando-se a distribuição do emprego segundo o porte das empresas, observa-se uma tendência de aumento da geração de postos de trabalho nas micros, pequenas e médias e uma diminuição nas grandes. Como mostra a Tabela 4, os três primeiros grupos representaram, em 1990, 9,7%, 14,9% e 25,8%, e as grandes 49,7%, e, em 2000, passaram a responder por 17,6%, 24,4% e 26,5% e as últimas por 31,5%, respectivamente, mostrando o processo de reestruturação porque tiveram que passar, principalmente após o Plano Real, com o enxugamento do quadro de funcionários.

As principais mudanças ocorridas no emprego de trabalhadores segundo o porte da empresa ocorreu entre os anos de 1990, 1994 e 1998, por conta da reestruturação produtiva e da maior abertura comercial da economia brasileira.

Quanto à distribuição do emprego segundo o porte da empresa por indústria, nota-se que, entre as micros, a indústria da madeira e do mobiliário era a que apresentava a maior participação, com 43,6%, em 2000, e a indústria de calçados representava o outro extremo, com as micro sendo responsáveis por apenas 3,8% dos empregos no ano de 2000. Já entre as pequenas empresas, a maior participação na geração de emprego era entre as indústrias de produtos minerais não-metálicos, com 52,19%, e a extrativa mineral, 40,0%, em 2000.

Na indústria mecânica, na do papel, papelão, editorial e gráfica, na química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria e na de construção civil, as médias empresas eram as principais responsáveis pelo emprego da mão-de-obra, representando em 2000, respectivamente, 39,3%, 33,1%, 39,2% e 33,8%. A grande empresa era, em 2000, a principal ocupadora de mão-de-obra nas indústrias de material elétrico e de comunicações (41,8%), têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (34,4%), de calçados (72,7%), de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (51,2%) e na de serviços industriais e de utilidade pública (58,8%).

Exceção à tendência constatada acima ocorreu na indústria de calçados, que passou durante a década de noventa por um processo de realocação industrial, por conta da busca da redução dos custos de produção e atraídas por incentivos fiscais. O Nordeste passou então a receber investimentos de empresas anteriormente estabelecidas, fortemente consolidadas nas regiões Sul e Sudeste, que se instalaram principalmente nos estados da Bahia, Ceará, Paraíba e Sergipe. Nordeste.

Tabela 4 – Nordeste, Distribuição (%) do emprego industrial segundo o porte da empresa: 1990-2000

	Micro				Pequena				Média				Grande			
	1990	1994	1998	2000	1990	1994	1998	2000	1990	1994	1998	2000	1990	1994	1998	2000
Extrativa mineral	8,8	8,9	15,0	16,0	24,7	23,7	37,9	40,0	29,5	25,7	32,7	29,8	37,1	41,8	14,5	14,1
Indústria de produtos minerais não metálicos	16,1	17,5	21,3	23,4	36,0	43,1	48,8	52,2	37,8	28,3	26,9	21,5	10,0	11,1	3,0	3,0
Indústria metalúrgica	13,0	16,8	25,7	26,2	15,7	21,4	25,1	27,5	30,6	26,6	26,1	23,3	40,7	35,2	23,0	23,0
Indústria mecânica	13,6	19,8	22,4	25,7	27,8	42,2	41,1	35,0	37,7	38,0	26,5	39,3	20,9	0,0	9,9	0,0
Indústria do material elétrico e de comunicações	8,1	7,8	9,9	9,0	18,1	16,1	15,2	18,8	29,8	28,1	23,7	30,4	44,0	48,1	51,2	41,8
Indústria do material de transporte	17,9	14,2	26,5	22,4	33,7	23,1	34,0	33,9	48,4	29,7	39,5	32,4	0,0	33,0	0,0	11,4
Indústria da madeira e do mobiliário	39,5	36,7	45,6	43,6	29,0	28,5	37,9	37,0	20,3	31,3	14,0	14,5	11,3	3,5	2,5	4,9
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	19,1	20,4	26,5	30,3	20,6	23,1	24,4	23,4	24,6	38,9	32,1	33,1	35,6	17,6	17,1	13,2
Ind. Da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	14,0	20,8	25,4	24,7	22,8	29,2	32,6	32,7	29,7	45,5	29,1	31,6	33,5	4,5	12,9	11,1
Ind. Química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	7,0	11,2	16,2	15,7	18,7	27,3	35,9	34,2	42,7	44,3	39,5	39,2	31,5	17,2	8,4	10,9
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	9,4	10,5	18,1	17,3	12,6	13,5	21,9	21,8	20,8	26,5	27,7	26,5	57,2	49,5	32,2	34,4
Indústria de calçados	15,9	5,1	3,8	3,5	15,3	9,7	7,2	7,0	47,0	24,3	17,1	16,8	21,8	60,9	71,9	72,7
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	6,2	8,7	15,7	15,5	6,7	8,2	10,8	12,1	15,4	18,5	20,7	21,2	71,6	64,5	52,9	51,2
Serviços industriais de utilidade pública	5,2	5,6	8,3	7,1	8,5	8,7	15,2	13,6	13,0	21,5	20,6	20,6	73,3	64,2	55,9	58,8
Construção civil	9,3	14,3	16,0	19,7	18,8	32,4	31,3	33,7	37,7	36,5	39,7	33,8	34,2	16,8	13,1	12,8
Total	9,7	11,7	17,0	17,6	14,9	18,9	23,7	24,4	25,8	27,6	28,5	26,5	49,7	41,9	30,9	31,5

Fonte: MTE/RAIS.

6 A ESPECIALIZAÇÃO DO NORDESTE NO EMPREGO INDUSTRIAL¹

Como vimos, a mudança no regime comercial brasileiro, nos anos 90, provocou modificações Na composição do emprego industrial no Brasil e no Nordeste, segundo grupos e setores de atividades industriais. Em seguida, observaremos as especializações relativas da indústria de transformação do Nordeste e suas mudanças ao longo dos anos 90.

No início da década, o emprego setorial indica uma especialização para o Nordeste nos setores de serviços industriais de utilidade pública, na construção civil e na indústria extrativa mineral. Nesses

¹ O índice de orientação ou especialização relativa é definido pela equação

$$I_{ij} = \frac{\text{participação do setor } i \text{ no emprego industrial da Região } j}{\text{participação do setor } i \text{ no emprego industrial do País}}$$

se $I_{ij} > 1$ a região é classificada como relativamente especializada naquele setor.

setores, o Nordeste tinha um peso na sua estrutura de emprego do setor secundário superior ao apresentado pela economia brasileira, como um todo. Entre os gêneros da indústria de transformação, o Nordeste, em 1990, era fortemente especializado em produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, e, em menor grau, na indústria têxtil, do vestuário e artefatos e tecidos.

De outra parte, o menor grau de especialização da região residia na chamada indústria pesada, como material de transporte, mecânica, material elétrico e de comunicações e metalurgia, além do segmento de calçados, até então muito concentrado nas regiões Sul e Sudeste.

Ao longo da década, segundo a Tabela 5, verificam-se algumas importantes modificações na especialização do emprego industrial do Nordeste, com destaque para a realocação da indústria de calçados gaúcha o Nordeste, a indústria de minerais não metálicos e o segmento têxtil, vestuário e artefatos de tecidos.

Cabe destacar que a especialização do Nordeste no setor de calçados e o reforço na especialização em têxteis e vestuário verificam-se a partir da implantação do Plano Real, em 1994.

Tabela 5 – Nordeste, Índice de especialização relativa da indústria: 1990-2000

SETOR/GÊNERO	1990	1994	1998	2000	2000-1990	1998-1994	2000-1998
Extrativa mineral	1,05	1,78	1,21	1,34	0,29	(0,57)	0,13
Indústria de transformação	0,87	0,88	0,87	0,88	0,01	(0,01)	0,01
Indústria de produtos minerais não metálicos	0,94	1,06	1,17	1,15	0,21	0,11	(0,02)
Indústria metalúrgica	0,40	0,36	0,40	0,39	(0,01)	0,04	(0,01)
Indústria mecânica	0,24	0,16	0,20	0,20	(0,04)	0,04	-
Indústria do material elétrico e de comunicações	0,27	0,31	0,34	0,31	0,04	0,03	(0,03)
Indústria do material de transporte	0,08	0,16	0,13	0,13	0,05	(0,03)	-
Indústria da madeira e do mobiliário	0,52	0,45	0,45	0,42	(0,10)	-	(0,03)
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	0,69	0,60	0,63	0,58	(0,11)	0,03	(0,05)
Ind. Da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	0,57	0,51	0,50	0,52	(0,05)	(0,01)	0,02
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	0,85	0,70	0,63	0,67	(0,18)	(0,07)	0,04
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1,06	1,20	1,25	1,25	0,19	0,05	-
Indústria de calçados	0,26	0,49	1,34	1,47	1,21	0,85	0,13
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	2,28	1,98	1,62	1,61	(0,67)	(0,36)	(0,01)
Serviços industriais de utilidade pública	1,60	1,68	1,39	1,48	(0,12)	(0,29)	0,09
Construção civil	1,52	1,23	1,37	1,39	(0,13)	0,14	0,02
Total Global	1,00	1,00	1,00	1,00	-	-	-

Fonte: MTE/ RAIS.

7 A REMUNERAÇÃO MÉDIA NA INDÚSTRIA DO NORDESTE NOS ANOS NOVENTA

Conforme indicam os dados da Tabela 6, a maioria dos trabalhadores na indústria nordestina recebe até três salários mínimos, tanto nos setores ditos dinâmicos como nos tradicionais, durante os anos selecionados para a análise, com exceção do ramo de serviços industriais de utilidade pública. Estes trabalhadores representavam nos anos de 1990, 1994, 1998 e 2000, respectivamente, 66,54%, 62,50%, 72,34% e 75,14%, mostrando nitidamente o impacto da reestruturação levada adiante durante

os anos noventa pelas empresas, que com a economia apresentando baixas taxas de variação do produto e a maior exposição aos produtos estrangeiros, tiveram que se adequar para baixar custos, adotando política salarial restritiva. Nesse último aspecto cabe destacar o crescimento da taxa de desemprego, facilitando a adoção daquela política salarial. Outro importante aspecto a ser destacado é a própria estrutura sócio-econômica da região, muito inferior às das demais do país, principalmente quando se considera o Sudeste e o Sul, não oferecendo muitas possibilidades de geração de emprego. Com isso torna-se potencial ofertadora de mão-de-obra barata, como ocorreu recentemente com a realocização de plantas industriais de setores tradicionais da economia brasileira em busca de redução de custos, como foi o caso da indústria de calçados.

Dentro dos setores industriais houve, durante o período analisado, uma tendência geral - com exceção dos setores de material de transporte e de papel, papelão, editorial e gráfica - de concentração da remuneração na faixa salarial de até três salários mínimos, com destaque para a indústria de calçados, a indústria da madeira e do mobiliário e a indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos. Essas indústrias apresentaram, no último ano da série temporal analisada, percentuais de participação de cerca de 90% ou mais dos seus trabalhadores naquela faixa salarial. É bom ressaltar que aquelas três indústrias são consideradas tradicionais.

Por outro lado, são aquelas três indústrias, juntamente com as de produtos minerais não metálicos, a da borracha, fumo, couros, peles e similares, a de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico e a da construção civil que possuem menos trabalhadores relativamente, não passando de 2,5% em 2000, no topo da pirâmide salarial - mais de dez salários mínimos. Nesse último aspecto se destacam a indústria extrativa mineral, a indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, etc. e os serviços industriais de utilidade pública. Esse merece algumas observações, porque está fortemente ligado ao setor público, embora tenha passado, na última década, por um processo de privatização, o que alterou significativamente a composição das faixas salariais. Durante os três primeiros anos do período considerado a concentração dos trabalhadores aí empregados se dava na faixa de remuneração acima dos dez salários mínimos, vindos a seguir o intervalo entre mais de cinco a dez salários mínimos. No último ano da série há uma inflexão, fruto não somente da privatização mas também do congelamento do salário dos servidores públicos, como parte da política fiscal dos governos preocupados em reduzir o déficit público, com a faixa salarial mais baixa (até 3 S.M.) passando a ser a segunda mais representativa, 28,19%, atrás apenas da localizada entre mais de cinco a dez salários mínimos, com 31,61%.

As indústrias consideradas como dinâmicas² - a mecânica, a de transporte e a de material elétrico e de comunicações -, seja em função do grau de incorporação tecnológica ou do dinamismo do seu mercado, e as produtoras de bens intermediários ou commodities industriais de processamento

² Para um melhor entendimento desse tipo de classificação da indústria de transformação, ver Melo (2000).

contínuo com base em recursos naturais - a metalúrgica, a química e a de papel -, além da de serviços industriais de utilidade pública, são as que possuem uma melhor distribuição dos seus empregados entre as diversas faixas salariais, demonstrando o aspecto da exigência de melhor qualificação dos trabalhadores requeridos para atuar nesses ramos de produção.

No caso da indústria da construção civil, como se trata de um setor empregador de grande contingente de mão-de-obra com baixa qualificação, a concentração da remuneração dos trabalhadores ocorre no intervalo de até três salários mínimos, 70,70%, em 1990, e 78,41%, em 2000. E como existem patamares decrescentes em quantidade de pessoas com determinadas qualificações, a pirâmide salarial vai se estreitando na medida em que se distancia da base.

A análise do comportamento da remuneração média, com base na faixa salarial, demonstra a tendência de maior aglutinação no intervalo inferior, tendo essa concentração ocorrido com maior intensidade entre 1994 e 1998. Durante esse período as empresas brasileiras foram expostas a forte concorrência de produtos estrangeiros, fruto da maior abertura comercial, e, diante de um quadro de instabilidade microeconômica, tiveram que se adequar através da redução dos custos. Ao mesmo tempo, a reestruturação produtiva foi acompanhada pela introdução de novas máquinas e equipamentos, embora com variação de intensidade no grau de avanço tecnológico entre as indústrias, permitindo não somente a substituição de fatores de produção como também o ganho de produtividade. Como não poderia deixar de ser, diante de um mercado de trabalho desfavorável aos trabalhadores - por conta do aumento do desemprego e do baixo crescimento econômico, a apropriação daquele ganho se deu de modo desigual. Esse aspecto demonstra também a contradição do discurso fartamente utilizado de que uma melhor qualificação permitiria maiores ganhos salariais. Durante a década analisada a maior exigência de qualificação do trabalhador que almejava um posto de trabalho não significava garantia de pagamento de uma remuneração proporcional, pelo contrário, aproveitando-se do descompasso entre baixa demanda e alta oferta de mão-de-obra, os salários ofertados eram cada vez menores.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de dados da RAIS para os anos de 1990, 1994, 1998 e 2000, procurou-se analisar o impacto das mudanças na economia brasileira sobre o comportamento da estrutura do emprego industrial no Nordeste. O período escolhido representou profundas transformações econômicas, entre as quais podemos destacar a abertura comercial, a diminuição do papel do Estado como principal fomentador de políticas de crescimento - inclusive com a sua saída da esfera da produção em muitos setores, através da privatização -, a desregulamentação do mercado de trabalho. Estas mudanças apesar de terem alcançado seu objetivo final, a estabilização de preços, teve um custo em termos de baixas taxas de crescimento econômico.

Durante esse período as empresas tiveram que buscar formas para se adaptar ao novo cenário econômico, principalmente após 1994, com a implantação do Plano Real, quando foram expostas a forte concorrência de produtos estrangeiros. Em busca de reduzir custos produtivos, e atraídas também por grandes incentivos fiscais, muitas delas procuraram novos espaços territoriais, causando o processo de realocação das plantas industriais. A região Nordeste, grande ofertadora de mão-de-obra barata e forte geradora de incentivos fiscais, foi beneficiada por aquele processo.

Ao contrário de muitos estudiosos que apontavam para um processo de reconcentração industrial para os anos noventa, o que se viu foi um processo de desconcentração. Isso, pelo menos, quando se observa o comportamento do emprego industrial do Nordeste. Enquanto no Brasil ele sofreu uma redução, naquela região ele aumentou, tanto em termos absoluto como em relação ao total do Brasil, fruto da participação ativa de seus estados na chamada guerra fiscal e pelo alto poder atrativo dado pelos baixos salários. No caso do Nordeste, foi maior o número de setores em que o emprego industrial cresceu, incluindo as indústrias de calçados, materiais de transporte, minerais não metálicos, têxtil, vestuário e artefatos de tecidos e madeira e mobiliário, na indústria de transformação, além da construção civil e extrativa mineral.

O crescimento do emprego industrial no Nordeste ocorreu, principalmente, entre as micro, pequenas e médias empresas, em detrimento das grandes, salvo em alguns setores industriais onde a grande empresa foi a principal responsável. Isso pode ser creditado ao processo de reestruturação produtiva das empresas que, na busca da redução de custos e racionalidade da produção, reduziram o quadro de funcionários simplesmente e/ou incorporaram nova tecnologia através de investimento em máquinas e equipamentos.

Outro aspecto a ser destacado nas mudanças ocorridas foi a concentração da remuneração salarial nas faixas salariais menores, conforme os intervalos adotados no texto. Assim, a grande maioria dos trabalhadores estavam recebendo até três salários mínimos, o que vem corroborar com o destacado acima, ou seja, um dos fatores de atração de investimentos para a região é o baixo custo da mão-de-obra.

O estudo quanto às modificações, ao longo da década, na especialização do emprego industrial do Nordeste constatou algumas importantes variações, com destaque para a realocação da indústria de calçados, a indústria de minerais não metálicos e o segmento têxtil, vestuário e artefatos de tecidos. Cabe destacar que a especialização do Nordeste no setor de calçados e o reforço na especialização em têxteis e vestuário verificam-se a partir da implantação do Plano Real, em 1994.

Tabela 6 – Nordeste, Remuneração média na indústria em salários-mínimos: 1990-2000

	Até 3,00				3,01 a 5,00				5,01 a 10,00				Mais de 10,01				Ignorado			
	1990	1994	1998	2000	1990	1994	1998	2000	1990	1994	1998	2000	1990	1994	1998	2000	1990	1994	1998	2000
Extrativa mineral	51,7	39,9	51,4	54,0	15,2	10,7	14,7	14,8	16,3	15,8	11,8	11,5	14,6	32,1	14,3	12,8	2,2	1,5	7,8	6,9
Indústria de produtos minerais não metálicos	77,3	72,5	83,3	85,0	12,0	11,8	8,4	7,6	5,6	8,5	5,4	4,8	2,9	5,4	2,8	2,4	2,3	1,9	0,1	0,1
Indústria metalúrgica	47,9	50,3	57,3	61,2	16,6	16,7	16,5	15,8	19,9	19,1	15,9	14,5	14,3	12,0	10,2	8,4	1,4	1,9	0,1	0,2
Indústria mecânica	48,4	42,3	61,9	61,7	17,5	22,3	15,3	17,6	19,7	17,2	12,8	12,3	12,2	12,5	9,9	8,1	2,3	5,7	0,2	0,3
Indústria do material elétrico e de comunicações	42,2	29,5	42,4	50,5	24,7	28,0	29,4	24,2	21,7	20,2	16,4	15,5	10,3	21,8	11,2	9,6	1,1	0,5	0,5	0,3
Indústria do material de transporte	64,0	37,4	61,5	62,2	16,7	33,8	23,0	22,6	8,8	19,6	9,4	8,7	7,4	6,2	5,8	6,3	3,1	2,9	0,3	0,2
Indústria da madeira e do mobiliário	87,7	88,1	92,0	92,4	5,9	5,3	5,4	4,9	2,5	2,8	1,9	1,9	0,8	1,1	0,6	0,6	3,2	2,8	0,1	0,2
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	60,9	51,4	53,7	56,6	19,2	19,9	16,9	17,1	11,8	17,4	16,2	15,3	6,7	8,8	13,1	10,8	1,4	2,5	0,2	0,1
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	64,2	72,5	83,0	83,8	10,6	10,8	8,2	7,5	8,0	8,6	6,0	6,2	15,7	5,8	2,8	2,4	1,5	2,3	0,1	0,1
Ind. Química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	38,6	43,6	54,7	54,0	11,1	11,9	13,1	10,8	18,7	14,2	12,4	10,5	30,3	27,7	19,7	24,4	1,3	2,7	0,2	0,3
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	83,5	79,4	87,3	89,8	9,3	10,6	6,7	5,5	4,2	4,8	3,7	3,1	1,8	3,5	2,1	1,4	1,3	1,7	0,2	0,2
Indústria de calçados	88,6	83,7	91,3	93,1	6,5	10,2	4,1	3,0	3,0	2,6	2,6	2,0	1,2	1,6	1,7	1,4	0,7	2,0	0,2	0,6
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	78,8	70,6	78,1	80,1	10,2	15,1	11,0	10,1	4,1	8,0	5,7	5,2	1,6	4,5	2,6	2,3	5,4	1,9	2,5	2,3
Serviços industriais de utilidade pública	6,9	18,9	22,2	28,2	13,8	10,1	11,3	13,6	36,2	28,3	32,9	31,6	41,2	34,1	33,2	26,5	1,9	8,6	0,4	0,1
Construção civil	70,7	70,4	76,2	78,4	14,8	15,1	13,3	12,8	7,7	7,4	6,9	6,1	3,7	4,6	3,2	2,5	3,0	2,5	0,4	0,3
Total	66,5	62,5	72,3	75,1	12,2	13,6	11,3	10,4	9,8	10,9	8,7	7,8	8,4	10,2	6,6	5,7	3,1	2,8	1,0	0,9

Fonte: MTE/RAIS.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, T. Nordeste, nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, R.; SILVA, P. (org.). Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: Fundap/Unesp, 1995. p. 1-21.
- ARAÚJO, T. O Nordeste brasileiro face à globalização: impactos iniciais, vantagens e desvantagens competitivas. In: Inserção na economia global: uma reapreciação. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1997a. p. 1-20. (Pesquisas, n. 08).
- ARAÚJO, T. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 29, 1997b.
- AZZONI, C.; FERREIRA, D. Competitividade e reconcentração industrial: o futuro das desigualdades regionais no Brasil. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 29, p. 55-83, 1997.
- BIELSCHOWSKY, R.; STUMPO, G. Empresas transnacionais e mudanças estruturais na indústria da Argentina, Brasil, Chile e México. Revista da CEPAL, Santiago, n. 55, 1995.
- DEDECCA, C. S. Reorganização econômica, absorção de mão-de-obra e qualificação. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 22, n. 2 (86), p. 59-78, 2002.
- DINIZ, C.; SANTOS, V. Sudeste: heterogeneidade estrutural e perspectivas. In: AFFONSO, R.; SILVA, P. (org.). Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: Fundap/Unesp, 1995. p. 23-45.
- GUIMARÃES, L. Ciclos econômicos e desigualdades regionais no Brasil. In: XXIV Encontro Nacional da ANPEC, Águas de Lindóia, 1996. Anais... Águas de Lindóia: ANPEC, 1996.
- MELO, R. O. L. Mudança de regime comercial e desenvolvimento regional no Brasil nos anos noventa. 2000. Mimeo. Instituto de Economia, Unicamp.
- PACHECO, C. A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. 1996. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS. Brasília: MTE, 1990, 1994, 1998, 2000. CD-ROM.
- SABÓIA, J. Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional. In: XXVII Encontro Nacional de Economia, Belém, 1999. Anais... Belém: ANPEC, 1999.